

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 19/04/2017

- [Adoção tardia - famílias que preferem crianças mais velhas](#)
- [Mães adotantes também poderão ter estabilidade temporária no emprego](#)
- [Paulo Câmara discute crise no sistema socioeducativo com conselhos](#)
- [Campanha #EyesWideOpen incentiva a denúncia de violência sexual de crianças e adolescentes](#)
- [No Rio, TV socioeducativa ajuda a reinserir jovens privados de liberdade](#)
- [CNMP aprova proposta que altera resolução que dispõe sobre fiscalização em unidades de internação e semiliberdade](#)

Assunto: Adoção tardia - famílias que preferem crianças mais velhas

Fonte: Portal Andi

Data: 19/04/2017



“Você é a cara do seu pai! ” Quando Vitória, 6 anos, escuta uma frase como essa, imediatamente olha para seus pais, os jornalistas Renata e Fabiano*, em clima de cumplicidade. Ela sabe que não é filha da barriga. Sempre soube. E se lembra de tudo: do abrigo, dos amigos, da vida que tinha antes de ser adotada e ganhar uma nova família. Recordar-se, inclusive, da mãe biológica, que engravidou adolescente e, ao completar a maioridade, abandonou a filha no mesmo abrigo que a havia acolhido.

Vitória foi adotada com 4 anos, uma idade considerada avançada por muitos que enxergam na adoção uma possibilidade de construir família. Como já é de praxe, a maioria dos 34 mil pretendentes no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) ainda procura um bebê, branco e saudável. Se for menina, melhor. Só para se ter uma ideia, 63,5% dos candidatos a pais querem um filho menor de 3 anos. Um desejo incompatível com a realidade dos abrigos. Hoje, das 6.289 crianças que esperam por um novo lar – e não têm impedimentos legais para serem adotadas –, 12% têm entre 3 e 7 anos e 79% são maiores de 7. Apenas 10% são brancas e 20% apresentam algum tipo de doença ou deficiência. Mas há uma boa notícia: nos últimos cinco anos, isso vem mudando.

Se em 2010, só 24% dos interessados estavam dispostos a adotar crianças com mais de 3 anos – desses, apenas 2,5% receberiam maiores de 7 –, hoje, esses números são outros. Subiu para 36,5% o número de adultos que aceitam meninos e meninas do primeiro grupo, sendo que 4,3% estão abertos a maiores de 7. É uma mudança ainda tímida, porém, significativa. E que tem a ver não exatamente com a compaixão pela má sorte dos mais velhos, mas com as necessidades e o estilo de vida das famílias, e suas novas configurações. “Há alguns anos,

quase 100% dos pretendentes à adoção eram casais que haviam insistido durante anos em tratamentos para engravidar e desejavam um bebê. Hoje, como surgimento de novos modelos de famílias, os perfis procurados também estão se tornando mais ecléticos”, conta Monica Natale, gerente executiva do Grupo de Apoio à Adoção de São Paulo (Gaasp).

Para a socióloga Stella Christina Schrijnemaekers, professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, há não só uma transformação no perfil das famílias, mas uma tolerância maior por parte da sociedade em geral. “Hoje existe uma pluralidade de arranjos familiares, da mãe solteira ao casal homoafetivo, que podem ser assumidos e não são mais excluídos do processo de adoção. Houve uma mudança de paradigma na ideia de família. Não há mais o casal ideal nem a criança ideal.”

Além disso, há quem simplesmente não consiga mais enxergar um bebê em sua rotina pessoal e de trabalho – e todas as trocas de fraldas e noites maldormidas. Assim, uma criança que já tenha passado por essa fase que exige muitos cuidados parece mais apropriada para famílias que disponham de menos tempo ou que já tenham realizado o sonho de ter um recém-nascido em casa. “Em termos da psicologia e do desenvolvimento, essas crianças já têm uma noção mais completa de si mesmas. Falam em primeira pessoa, têm consciência de que são indivíduos e que já tinham uma história antes de serem adotadas”, explica a psicanalista Maria Luiza Ghirardi, membro fundador do Grupo Acesso, do Instituto Sedes Sapientiae (SP).

Perfil compatível

Era exatamente uma criança mais velha, que interagisse e brincasse, a primeira escolha de Fabiano. Mas a imagem que vinha à cabeça de sua mulher era a de um bebê. Apesar de sonhar com a adoção desde criança, Renata passou pelo calvário de grande parte dos pais adotivos. Perdeu uma filha, Laura, com 5 meses, em decorrência da prematuridade e de problemas cardíacos. Mais tarde, sofreu um aborto espontâneo e enfrentou uma séria depressão. A adoção havia se tornado o caminho mais natural. Porém, foi só durante o curso obrigatório para os interessados em adotar que Renata se abriu a novas possibilidades. “A juíza disse para refletirmos se um bebê se encaixava na nossa realidade atual. Sempre trabalhei muito e, quando pensei em acordar para trocar fralda e dar de mamar, me bateu um desânimo enorme. Até por conta de tudo o que havíamos enfrentado com a Laura na UTI, percebi que não estava mais disposta”, conta.

Tanto o curso como os grupos de adoção auxiliam as famílias a fazerem escolhas mais conscientes e que se encaixem em seus desejos e expectativas, independente de quais sejam eles. “A ideia é identificar que filho é esse que o casal quer e se a sua motivação está correta. Muitos querem que a criança reflita o que eles são. Essa não é uma boa razão para adotar”, explica Mônica, mãe de Alberto, 11, e Bruna, 6, ambos adotados ainda bebês. Por experiência própria, ela sabe que o filho precisa ser compatível como sonho do casal. É claro que não se deve ignorar a realidade dos abrigos, mas também não dá para fazer da adoção apenas uma bandeira. “Eu queria muito um bebê, queria trocar fralda, queria cheirar ‘neném’. Era importante para mim naquele momento.” E ela não se arrepende.

Isso não era uma questão para a corretora de imóveis Valéria Vaz, 47. Muito pelo contrário. Com um problema sério na coluna e duas filhas já adultas, ela sentia que tinha energia para ser mãe novamente, mas não possuía condições nem vontade de começar do zero. Hoje, além de Verônica, 26, e da enteada Carla, 24, ela é mãe de Miguel, 10, que chegou à família aos 7. Valéria ouviu falar do menino por um de seus clientes, que havia adotado dois irmãos e

comentou sobre um garoto muito doce do abrigo. Na hora, ela decidiu que iria buscá-lo. “É tão inexplicável... Eu amei o Miguel de ouvir falar dele. Sem ver o rosto, sem saber se ele era branco, negro ou se tinha alguma doença”, conta.

A corretora rodou 300 quilômetros até o interior do Paraná muitas e muitas vezes para vê-lo, até poder levar o filho para casa, sete meses depois. Miguel, que se chamava Claudemir, chegou magro, com os dentes estragados e carregando o urso Bidu, uma das poucas lembranças que conserva da antiga vida.

É exatamente a memória que essas crianças trazem um dos fatores que mais pesam contra a adoção de maiores – o termo adoção tardia, para designar processos relacionados a meninos e meninas com mais de 3 anos, já não é usado, pois dá a falsa ideia de que há um tempo certo para adotar. “Às vezes, elas passaram por experiências de rupturas traumáticas, rejeição, violência, abandono. São situações que os adotantes devem conhecer, assim como saber das possibilidades de ajudar o filho a lidar com isso”, explica Maria Luiza.

Sombras do passado

Muitos temem que uma criança maior traga uma história anterior ou uma carga genética que possa despertar comportamentos indesejáveis no futuro. Mas uma pesquisa sueca publicada no periódico *Proceedings of the National Academy of Science of United States* mostrou que não é apenas a herança dos genes ou o passado que impacta no desenvolvimento das crianças: os estímulos do meio têm um papel igualmente fundamental. Os resultados mostraram que crianças que são adotadas têm um salto no desenvolvimento intelectual. Elas apresentaram, em média, um QI 4,4 pontos maior do que seus irmãos criados pelos pais biológicos. E mais: quanto maior o nível educacional dos pais adotivos, mais os filhos progrediram intelectualmente.

Ainda assim, durante o processo, os interessados têm acesso a todas as informações disponíveis sobre a criança, conhecem o histórico dos pais biológicos e podem tirar dúvidas, antes até do primeiro contato. Porém, mesmo sabendo de tudo isso, às vezes, é necessário readequar as altas expectativas – um ajuste que, muitas vezes, precisa ser feito mesmo com os filhos biológicos.

Quando os jornalistas Gilberto Scofield e Rodrigo Barbosa foram até Capelinha, cidade de 36 mil habitantes no nordeste de Minas Gerais, buscar o filho, não conseguiam imaginar como seria a convivência com o menino. O histórico de Paulo Henrique, na época com 4 anos, dizia que os pais biológicos não tinham condições de cuidar dele. Que ele havia sido rejeitado por três casais na primeira visita – duas vezes por ser considerado “feinho” e outra por ser “preto demais”. E que havia a suspeita de que tivesse síndrome alcoólica fetal, que pode causar malformações e atraso cognitivo, decorrente da ingestão de álcool na gestação. A vida antiga é um mistério, cuja única pista é a irmã mais velha, de 13 anos, que vive no abrigo e com quem Gilberto e Rodrigo se comprometeram a manter o vínculo. “Eu não sei o que ele viveu, ele não fala do passado, mas percebo que algo aconteceu envolvendo violência física. Ele tem uma memória ruim, não sei se isso é fruto de um passado que ele quer esquecer”, conta Gilberto.

É claro que cada criança lida com as lembranças à sua maneira. Na casa do produtor de programas infantis Alex Angelini, 47, onde adoção é regra, e não exceção, a experiência de cada um de seus quatro filhos, Rafael, 13, Alice, 13, Bruno, 12, e Carlos Eduardo, 8, é única. Enquanto uns reagiram com agressividade, outros preferiram falar sobre o assunto. “Todo

mundo tem histórias difíceis, principalmente os mais velhos. Alice foi adotada primeiro por uma família que tinha dinheiro. Viajou para a Europa, mas era tratada como empregada. Chegou a ficar trancada, sem comida, e os vizinhos denunciaram os pais por maus-tratos.” Depois de ser abandonada em um shopping, só com uma mala de roupas, a menina foi encaminhada para o abrigo, onde ficou por seis meses antes de ser adotada por Alex. “Ela conta fácil tudo o que aconteceu, tem necessidade de compartilhar sua história com as pessoas”, explica o pai. E, apesar do passado cheio de dor, é a doçura em pessoa.

Alice foi a última a chegar à família, mas deveria ter sido a primeira. São tantas as coincidências e reviravoltas na família de Alex e sua mulher, Rosália, que a história até parece inventada. Quando a menina tinha 3 anos, o casal soube pela cunhada que a mãe biológica estava disposta a entregá-la para outra família criar – antes da elaboração do cadastro nacional, era comum que os interessados tratassem diretamente com os pais. No entanto, ao chegar na casa de Alice para buscá-la, descobriram que ela havia sido entregue a outra família. A mulher, então, propôs que levassem outro filho no lugar: Bruno, de 1 ano e 9 meses. Cinco anos depois, o garoto começou a insistir para ganhar um irmão e os pais entraram com os papéis, agora pelo CNA, para adotar mais duas crianças, sem restrições.

Quando a família completou dois anos na fila de espera, Bruno criou um amigo imaginário: Rafael. Ele falava tanto do “amigo” que a diretora da escola chegou a ligar para os pais para saber se tinham adotado mais uma criança. No Natal daquele ano, Bruno foi com os colegas de aula visitar um abrigo e levou presentes para um dos internos, que se chamava Carlos Eduardo. Três meses depois, a família recebeu uma ligação do fórum, falando de dois irmãos na fila de adoção, um de 7 anos e outro de 2. Era bem o que procuravam.

Na segunda visita à instituição, Bruno foi junto e reconheceu o mais novo dos irmãos: era Carlos Eduardo. E, por coincidência – ou destino –, o mais velho se chamava Rafael. Assim, eles se tornaram três. E, por obra do acaso, em 2015, dez anos depois da primeira adoção, a cunhada do começo da história soube que Alice, irmã de Bruno, estava no abrigo após ser abandonada pelos pais adotivos. Esse episódio de rejeição, e as consequências que ele podia ter despertado na garota, não foi suficiente para demovê-los da ideia: a família ia aumentar de novo.

Os obstáculos

Durante o processo de adaptação à nova família, é de praxe que as crianças passem por uma regressão, apresentando comportamentos infantilizados. Muitas voltam a falar como bebês, fazem xixi na cama e até se interessam por brinquedos feitos para os menores. “Inconscientemente, é uma vivência que visa experimentar etapas anteriores que ficaram defasadas, incompletas. É uma espécie de teste sobre o amor e a atenção desses novos pais e, ao mesmo tempo, uma busca para suprir um cuidado que não está satisfeito”, explica Maria Luiza.

Com Miguel, filho de Valéria, essa fase não durou muito. “Ele às vezes falava como bebê. Aí o pegava no colo, respondia como bebê, mas logo dizia que queria o mocinho de volta”, conta Valéria. Já Vitória teve necessidade de ‘mamar’. “Era um segredo meu e dela. Durou apenas alguns meses”, conta Renata. Não existe certo e errado: mães e filhos devem ir até o ponto em que se sentirem confortáveis. A psicanalista salienta que “a regressão é transitória, necessária e superável. O importante é que os adotantes estejam preparados para lidar com isso”.

E não só para esse tipo de comportamento. Um obstáculo comum na adoção de crianças maiores é a resistência que elas podem apresentar aos pais. “Quando o novo filho chega à família, ele quer saber o quanto é amado e querido. Por isso, pode fazer coisas estranhas, como bater no cachorro, riscar a cortina, gritar, empurrar. Faz parte”, conta Halia Paulia de Souza, voluntária há 18 anos na Vara da Infância de Curitiba (PR) e mãe de duas meninas adotadas. Isso porque as crianças precisam ter certeza de que as pessoas que estão ali querem mesmo ser seus pais, que não sofrerão nova rejeição.

Renata passou por esse processo. “Vitória não queria ser adotada. Ela se aproximou do Fabiano, mas, de mim, tinha horror. Acho que tinha esperanças de que a mãe dela voltasse. E se foi a mãe quem traiu sua confiança, por que eu não faria o mesmo?”, reflete. A menina gritava, saía correndo, se jogava no chão. “Eu pensava: ‘Entre numa fria’. Mas nunca cogitei desistir. Afinal, eu sou a adulta, eu é que tinha procurado isso. Mas falava para o meu marido que a Vitória nunca ia me amar.”

Na casa de Alex, Rafael foi quem teve a adaptação mais complicada. “Ele veio de um ambiente de extrema violência e, por isso, era muito agressivo no começo. Chegou a enfiar um lápis nas costas do irmão”, lembra. Depois de passar por uma psicóloga, que o ajudou a lidar com os sentimentos, tudo foi se apaziguando. “Hoje o Rafael é outra pessoa”, conta o pai. O grande desafio é dar limites e, ao mesmo tempo, não tirar da criança a sensação de que ela está sendo acolhida. E, nessa empreitada, encontrar um meio-termo não é tarefa simples. Facilita bastante se a família tiver o suporte de uma terapia no período de adaptação.

E, se por um lado a memória permite que as crianças maiores tenham clareza sobre seu passado e guardem lembranças dolorosas, por outro, a consciência de ser acolhido por novos pais é motivo de muita gratidão. Depois da resistência inicial – e da persistência de Renata –, Vitória diz sempre que ela é “a mãe que ela mais ama pela vida toda”. Valéria nem se lembra da vida antes de Miguel, que hoje ostenta bochechas gorduchas e um sorriso branquinho. Alice e Rafael se dão superbem com os pais e irmãos. E Paulo Henrique, o PH, é só sorrisos nas fotos com seus dois pais.

“Talvez, se fosse bebê, a adoção teria sido uma coisa mais instintiva. Por se tratar de uma criança maior, você precisa racionalizar a emoção: na construção da confiança, de pertencimento, de não passar que a história dela é só de abandono. Porque é uma história também de acolhimento”, resume Gilberto. Afinal, a adoção só acontece porque pais e crianças, independente da idade, têm um sonho em comum: formar uma nova família. E nunca é tarde demais para isso.

Assunto: Mães adotantes também poderão ter estabilidade temporária no emprego

Fonte: Agência Senado

Data: 19/04/2017



As empregadas adotantes ou com guarda judicial para adoção poderão vir a ter estabilidade provisória no emprego, segundo o Projeto de Lei do Senado (PLS) Complementar 796/2015, aprovado nesta quarta-feira (19) pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto segue para a análise do Plenário do Senado.

De autoria do senador Roberto Rocha (PSB-MA), o projeto altera a Lei Complementar 146/2016, para estender às empregadas adotantes ou que venham a obter a guarda judicial para adoção a estabilidade de cinco meses no emprego. O autor disse que o tratamento a filhos biológicos e adotivos deve ser igualitário.

A relatora, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), concordou com o projeto e disse que ele avança no reconhecimento da igualdade de tratamento entre filhos biológicos e adotivos. De acordo com a senadora, tantos filhos biológicos quanto filhos adotivos necessitam de condições adequadas na família, nos primeiros contatos, para que estabeleçam os laços afetivos.

— Filhos adotivos, diferentemente de filhos biológicos, costumam requerer inclusive maiores cuidados em razão do histórico por que passaram até alcançarem a adoção. Há casos de violência e abandono que exigem maior esforço do adotando para a adaptação da criança à família adotiva — afirmou Marta.

Em 2002, a Lei 10.421 concedeu a licença-maternidade e o salário-maternidade à adotante. Mas a estabilidade no emprego, que as gestantes já possuem, ainda não estava estendida às adotantes.

A senadora Regina Sousa (PT-PI) lembrou que há um projeto em tramitação na Câmara para garantir às mães adotivas todos os direitos concedidos às biológicas, mas o processo de aprovação é longo e demorado. Já Waldemir Moka (PMDB-MS) afirmou que a mudança poderá até mesmo estimular as adoções.

Audiências

A presidente da CAS, senadora Marta Suplicy, propôs um acordo de procedimentos para a marcação de audiências públicas, que foi acatada pelos parlamentares. Os convidados deverão ser no máximo quatro, dois a favor e dois contra a questão tratada, com a possibilidade de convite a mais um, excepcionalmente. Ela também garantiu prioridade à marcação das audiências de instrução de projetos que estejam na comissão, a fim de liberá-los rapidamente para votação.

Requerimento aprovado, de autoria do senador Humberto Costa (PT-PE), pede que o ministro da Saúde, Ricardo Barros, também preste esclarecimentos sobre a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) e o fechamento das Farmácias Populares. Ele foi convidado anteriormente para falar sobre as restrições orçamentárias ao programa Mais Médicos.

Assunto: Paulo Câmara discute crise no sistema socioeducativo com conselhos

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 19/04/2017

jornal do commercio

Colegiados irão reiterar recomendações do relatório do CNDH que aponta agravamento da crise no sistema socioeducativo pernambucano

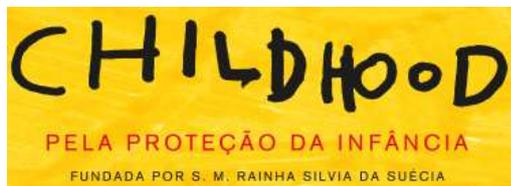
Nesta quarta-feira (19/4), às 15h, no Palácio do Campo das Princesas, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) irão se reunir com o governador de Pernambuco, Paulo Câmara, para tratar do agravamento da crise do sistema socioeducativo pernambucano que, de 2012 até o momento, registrou 46 assassinatos de adolescentes internos.

Participam da audiência o conselheiro Everaldo Patriota, coordenador da Comissão Permanente dos Direitos das Pessoas em Situação de Privação de Liberdade do CNDH, e a presidente do Conanda e Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Cláudia Vidigal. Patriota coordenou a missão do CNDH realizada nos dias 24 e 25 de novembro de 2016 com o objetivo de acompanhar a ocorrência de violações de direitos humanos no sistema socioeducativo pernambucano, após sequências de violações, rebeliões e mortes de adolescentes.

Assunto: Campanha #EyesWideOpen incentiva a denúncia de violência sexual de crianças e adolescentes
--

Fonte: Childhood

Data: 19/04/2017



A Childhood Brasil apresentou a campanha **#EyesWideOpen** (Olhos Bem Abertos) em versão em português durante o Fórum Global da Criança, realizado no último dia 4 de abril, em telão de LED no edifício da FIESP, na avenida Paulista.

Com o objetivo de abrir os olhos da população para casos de exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, a campanha, idealizada pela World Childhood Foundation (Childhood) foi estreada mundialmente na Times Square, nos Estados Unidos.

A campanha foi criada pela princesa Madeleine da Suécia sob o mote: “Não feche os olhos. Só porque você não vê não significa que não acontece. Mantenha seus olhos bem abertos” e incentiva a denúncia de toda e qualquer prática de exploração ou abuso sexual de crianças e adolescentes.

De acordo com Heloisa Ribeiro, diretora executiva da Childhood Brasil: “A campanha **#EyesWideOpen** foi muito bem recebida no exterior. Queremos sensibilizar e conscientizar as pessoas sobre a importância da proteção à criança. Se todos nós não estivermos com os olhos abertos e dispostos a falarmos sobre o tema, não poderemos enfrenta-lo com eficácia”.

Lembre-se: Se suspeitar de algo, denuncie! Disque 100, baixe o aplicativo Proteja Brasil ou entre em contato com o Conselho Tutelar ou a Polícia local.

Assunto: No Rio, TV socioeducativa ajuda a reinserir jovens privados de liberdade

Fonte: ONU

Data: 19/04/2017



Funcionando dentro de uma unidade de internação para jovens que agiram contra a lei, a TV Degase realiza programas semanais produzidos por adolescentes entre 12 e 17 anos, no Rio de Janeiro. Confira nesse vídeo especial do Centro de Informação da ONU para o Brasil (UNIC Rio).

Desde 2010, o projeto é oferecido pelo Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), órgão ligado à Secretaria de Educação do Estado do Rio, e forma 160 jovens por ano. Nas aulas, os alunos desenvolvem competências em roteiro, direção, produção, câmera e realização de entrevistas, produzindo uma matéria por semana.

Um aluno(*) da TV Degase conta que “só de olhar, parece que eu me apaixonei por aquilo. Achei um lugar que eu me encaixei legal”. Fora do regime interno, ele pretende seguir a carreira de jornalista: “Meu sonho é ver o no meu nome aparecer na televisão. Vocês ainda vão me ver em todo o Brasil fazendo reportagens”.

Atualmente como monitora no projeto, ex-aluna(*) conta que a TV a ajudou a superar a timidez: “No começo eu nem gostava de aparecer na frente das câmeras. Hoje, para qualquer coisa que o professor me chamar, eu vou”. Segundo ela, o curso também melhorou a comunicação em casa.

Para os jovens que obtém a liberdade e desejam continuar trabalhando com produção de vídeo, o “Na Pista TV” oferece aulas para aperfeiçoar a linguagem do audiovisual. “Um desejo antigo nosso era ter um caminho aqui fora para falar: ‘Quer continuar? Vem fazer com a gente aqui fora’, que foi a ideia do Na Pista”, relata Eduardo Caon, coordenador da TV Degase e do ‘Na Pista TV’.

O “Na Pista” é aberto à comunidade, para jovens de até 21 anos, e conta com o patrocínio de uma empresa privada para o primeiro semestre de 2017. Segundo o coordenador, para ajudar a formar outros 80 jovens no segundo semestre, o curso ainda precisa de apoio financeiro.

“Ferramentas para virarem protagonistas, eles já têm. O que espero do projeto aqui de fora é que órgãos e voluntários tenham mais facilidade para chegar neles”, aponta.

Criado há cerca de um mês, o “Na Pista TV” tem o objetivo de absorver os alunos da TV Novo Degase até os 21 anos. A iniciativa é de Eduardo Caon em parceria com a Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude do Rio de Janeiro.

Assunto: CNMP aprova proposta que altera resolução que dispõe sobre fiscalização em unidades de internação e semiliberdade

Fonte: CNMP

Data: 19/04/2017



O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou nesta terça-feira, 18 de abril, proposta que altera a Resolução nº 67/2011, que dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do MP e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas. A proposta de resolução foi apresentada pelo conselheiro Walter Agra, durante a 2ª Sessão Ordinária de 2017, e relatada pelo conselheiro Marcelo Ferra, durante a 7ª Sessão Ordinária de 2017.

De acordo com a justificativa do conselheiro proponente, a alteração busca eliminar incongruências decorrentes da implementação da Resolução nº 137/2016, que modificou a periodicidade das inspeções obrigatórias e remessa dos relatórios por parte dos membros do MP nas unidades de internação e semiliberdade. A partir dessa resolução, a periodicidade das inspeções passou de bimestral para semestral, além de ter sido eliminada a obrigatoriedade de enviar dados de uma inspeção anual. No entanto, permanecem na Resolução nº 67/2011 referências às inspeções bimestrais e anuais. A proposta, portanto, apresenta nova redação que esclarece dúvidas e reforça a obrigatoriedade de inspeções semestrais.

Segundo Walter Agra, “a periodicidade semestral garante o número mínimo de duas inspeções no decurso do ano, regularizando o fluxo e compilação de dados e a produção de diagnósticos confiáveis para construção de políticas públicas”. A alteração das inspeções para a periodicidade semestral, portanto, atende ao interesse público e garante tempo hábil ao membro do MP para a promoção de medidas judiciais e extrajudiciais que objetivem regularizar situações constatadas nos atos de inspeção. Além disso, o conselheiro ressalta que está mantida a possibilidade de inspeções com periodicidade menor nos casos em que se demonstrar necessário, bem como o aumento de periodicidade, a cargo da Corregedoria-Geral de cada unidade do MP.